



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

MOA

Ofício nº 33/03/2019-CMS

Jacareí, 1º de março de 2019

Aos Ilustríssimos Vereadores
PAULINHO DOS CONDUTORES E
FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL


Senhores Vereadores,

Em resposta aos quesitos formulados no Pedido de Informações nº 19/2019, de autoria de Vossas Senhorias, aprovado na Sessão Ordinária de 20 de fevereiro do corrente, temos a informar que:

1. O valor estornado pelo banco Santander até o presente momento foi de R\$ 33.437,66, conforme extrato anexo;
2. Em 03/10/2018, foi instaurada sindicância para apurar eventual infração funcional relacionada aos fatos, a qual foi concluída em 01/11/2018;
 - 2.1. O resultado demonstrou não estar caracterizada eventual infração funcional, conforme relatório anexo;
3. Segundo informações levantadas junto às Secretarias desta Casa, não houve episódio idêntico nos últimos 15 anos;
 - 3.1. Prejudicado, conforme item 3;
4. Conforme item 2.1, não se verificou infração funcional a caracterizar responsabilidade funcional; e
5. Inicialmente foram realocadas algumas funções entre o setor de Recursos Humanos e Tesouraria, concentrando neste último setor a etapa final de pagamentos e transferências, a fim de aprimoramento da atividade administrativa.

Sem mais para o momento, subscrevemos.


ABNER RODRIGUES DE MORAES ROSA
Abner de Madureira
Presidente

Recebido em 7/03/19

(Gab. Ver. Paulinho)

07/03/2019
Wilson Batista
(Gab. Ver. Fernando)

CAMARA MUNICIPAL DE JACAREI

Agência: 0190

Conta Corrente: 45-000098-8

Extrato

Período: 20/11/2018 a 15/12/2018

Data/Hora: 20/12/2018 às 10:45h

Data	Histórico	Docto.	Valor R\$	Saldo R\$
21/11/2018	SALDO ANTERIOR			483,91
21/11/2018	CREDITO P/ REGULARIZAÇÃO SALDO C/C	948195	6.183,43	6.667,34
28/11/2018	TED MESMA TITULARIDADE CIP TRANSFERENCIA ENTRE CONTA	000000	330.365,23	337.032,57
30/11/2018	DEBITO PAGAMENTO DE SALARIO PAGSAL: 90 PAGTOS	011130	-325.604,99	
30/11/2018	CHEQUE PAGO NO CAIXA	989485	-1.972,47	9.455,11
03/12/2018	TED MESMA TITULARIDADE CIP TRANSFERENCIA ENTRE CONTA	000000	53.138,00	
03/12/2018	DEPOSITO -CARTÃO/ CHEQUE SANTANDER	124815	3.700,00	
03/12/2018	CHEQUE PAGO NO CAIXA	989486	-3.271,68	63.021,43
04/12/2018	DEBITO PAGAMENTO DE SALARIO PAGSAL: 3 PAGTOS	011204	-2.369,46	60.651,97
05/12/2018	TED MESMA TITULARIDADE CIP TRANSFERENCIA ENTRE CONTA	000000	216.028,23	276.680,20
06/12/2018	DEBITO PAGAMENTO DE SALARIO PAGSAL: 79 PAGTOS	011206	-210.785,42	
06/12/2018	CHEQUE PAGO NO CAIXA	989488	-1.188,17	
06/12/2018	CHEQUE PAGO NO CAIXA	989487	-1.856,98	
06/12/2018	CREDITO P/ REGULARIZAÇÃO SALDO C/C	009099	27.254,23	90.103,86
07/12/2018	PRESTACAO EMPREST DESCONTO FOLHA	010573	-50.768,54	
07/12/2018	CHEQUE PAGO NO CAIXA	989489	-2.197,66	37.137,66
11/12/2018	TED RECEBIDA DIF TITULARIDADE STR 02558157000162	000000	166,39	37.304,05
13/12/2018	TED MESMA TITULARIDADE CIP TRANSFERENCIA ENTRE CONTA	000000	594.000,00	631.304,05
14/12/2018	DEBITO PAGAMENTO DE SALARIO PAGSAL: 95 PAGTOS	011214	-568.351,67	
14/12/2018	CHEQUE PAGO NO CAIXA	989492	-6.260,83	
14/12/2018	CHEQUE PAGO NO CAIXA	989491	-733,85	
14/12/2018	CHEQUE PAGO NO CAIXA P/ PAGAMENTOS	989490	-4.168,97	51.768,73

Saldo

Posição em: 20/12/2018

A - Saldo de Conta Corrente	0,00
B - Saldo Bloqueado	0,00
C - Saldo Disponível Conta Corrente (A - B)	0,00

Central de Atendimento
Santander Empresarial

4004-2125 (Regiões Metropolitanas)
0800 726 2125 (Demais Localidades)

SAC 0800 762 7777
Ouvidoria 0800 726 0322



AVERIGUAÇÃO PRELIMINAR - RELATÓRIO

EMENTA: *Transferências bancárias realizadas de conta da Câmara Municipal de Jacareí em benefício indevido de terceiros. Apuração de responsabilidade funcional. Conclusões.*

Introdução

Em 26 de setembro de 2018, por volta das 14h30, ocorreram operações financeiras na conta junto ao banco *Santander*, de titularidade da Câmara Municipal, que consistiram na transferência de valores a terceiros, pessoas físicas, via TED, num montante que perfaz a quantia de R\$317.287,00 (trezentos e dezessete mil e duzentos e oitenta e sete reais).

Segundo se verificou, as operações foram realizadas através de computador, via *internet banking*. A dinâmica do evento se deu, em síntese, da seguinte forma: determinada pessoa (não identificada), sedizente funcionário da instituição financeira *Santander*, entrou em contato telefônico com a servidora *Vanda* e pontuou a necessidade de revalidar o *Token* utilizado na referida conta bancária. Para tanto, houve o auxílio técnico dos servidores *Anderson* e *Ivanildo*. Após, a servidora *Vanda* foi orientada pelo suposto funcionário bancário a realizar determinados comandos em seu computador, especialmente junto a uma



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE

pretensa página virtual do banco, que culminou na transferência fraudulenta ora apurada.

Posteriormente, ao acessar a conta no dia 27, a servidora *Vanda* constatou a realização de diversas transferências atípicas, bem como a insuficiência de recursos para o pagamento da folha de servidores que deveria ocorrer no dia 30.

Das diligências

Diante desse contexto, inicialmente foi realizada a contestação de tais operações diretamente à instituição financeira, a qual se recusou em proceder o necessário reembolso (fls. 13). Contra tal negativa a Câmara se insurgiu, apresentando razões fáticas e jurídicas, sendo que até o presente momento não houve novo pronunciamento do banco (fls. 14-16).

Foi lavrado o competente boletim de ocorrência junto a autoridade policial, para que o fato seja, também, devidamente apurado no âmbito criminal (fls. 26-28). Ato contínuo, foram inquiridos os servidores desta Casa com ciência do evento ora analisado, quais sejam: *Vanda* (fls. 53/54), *Anderson* (fls. 52), *Ivanildo* (fls. 55) e *Soraia* (fls. 56). O computador através do qual se realizaram referidas operações foi apreendido pelo Delegado de Polícia a fim de realizar perícia no equipamento (fls. 51).

Além do depoimento prestado à polícia, no âmbito administrativo, os servidores também se manifestaram por escrito logo após a ocorrência do evento, conforme consta às fls. 18-25.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

143

Posteriormente, esta Comissão realizou a oitiva dos servidores *Anderson* (fls. 62/63), *Ivanildo* (fls. 64/65), *Vanda* (fls. 66/67), *Soraia* (fls. 68/69) e *Hélen* (fls. 70/71).

Além dos já citados, foram juntados também os seguintes documentos:

- a) Contrato firmado entre a Câmara Municipal de Jacareí e o banco *Santander* (fls. 03-10);
- b) Relatório de chamadas telefônicas referente a data dos fatos (fls. 33/34);
- c) Extratos bancários da conta em questão (fls. 35-47);
- d) Pedido de registro de acessos da conta bancária mantida com o *Santander*, especificamente via *internet banking* – **não** respondido (fls. 48);
- e) Pedido de análise de conta reversa da linha telefônica que recebeu a chamada de terceiro – **não** atendido pelo prestador (fls. 49);
- f) Relatório de chamadas telefônicas referente ao dia 09/10/2018, acerca de possível contato do indivíduo responsável pela fraude (fls. 72);
- g) Atos administrativos que alocaram a servidora *Vanda* em sua atual função (fls. 77-83);



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

- h) Documentos diversos oriundos da Escola do Legislativo, acerca dos treinamentos solicitados no último levantamento (fls. 84-100);
- i) Relação de usuários que possuem perfil de administrador nos computadores da Câmara (fls. 102);
- j) Relação das atribuições dos cargos dos servidores que tiveram ciência do evento (fls. 103 e 106-110);
- k) Relação nominal dos beneficiários com as transferências realizadas (fls. 104/105);

Feitos tais esclarecimentos, passamos a análise do quanto verificado.

Da análise

Inicialmente é essencial destacarmos que a análise desta Comissão se dá nos limites do Decreto Municipal nº 630/2010, ou seja, se restringe a apuração de eventual responsabilização funcional de servidor público. Pois bem.

Após as diligências realizadas por esta Comissão não se identificou qualquer inobservância aos deveres dos servidores, conforme preconiza o Estatuto:



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

Artigo 226 - São deveres do servidor além dos que lhe cabem em virtude do desempenho de seu cargo e dos que decorrem, em geral, de sua condição de servidor público:

I - comparecer ao serviço, com assiduidade e pontualidade e nas horas de trabalho extraordinário quando convocado;

II - cumprir as determinações superiores, representando, imediatamente e por escrito, quando forem manifestamente ilegais e constituir abuso de poder;

III - executar os serviços que lhe competir e desempenhar, com zelo e presteza, os trabalhos de que for incumbido;

IV - tratar com urbanidade os colegas e o público em geral, atendendo este sem preferência pessoal;

V - providenciar para que esteja sempre atualizada, no assentamento individual, sua declaração de família, de residência e de domicílio;

VI - manter cooperação e solidariedade com relação aos companheiros de trabalho;

VII - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado, ou com o uniforme que for determinado;

VIII - representar aos superiores sobre irregularidade de que tenha conhecimento;

IX - zelar pela economia e conservação do material; que lhe for confiado;

X - atender, com preferência a qualquer outro serviço, as requisições de documentos, papéis, informações ou providências, destinadas à defesa da Fazenda Municipal;

XI - apresentar relatório ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou regimento;

XII - sugerir providências tendentes à melhoria ou ao aperfeiçoamento do serviço;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE

XIII - ser leal às instituições a que servir;

XIV - manter observância às normas legais e regulamentares;

XV - atender com presteza:

a) o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e da Administração;

b) a expedição de certidões requeridas para a defesa de direito ou esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

XVI - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

XVII - representar contra ilegalidade ou abuso de poder;

XVIII - submeter-se à inspeção médica, quando determinado pela autoridade competente.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso II deste artigo será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior aquela contra qual é formulada, assegurando ao representado o direito de defesa.

Na mesma toada, também não se vislumbra violação as proibições estabelecidas pelo Estatuto aos servidores públicos do município:

Artigo 227 - São proibidas ao funcionário toda ação ou omissão capazes de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

- III - recusar fé a documentos públicos;*
- IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço;*
- V - referir-se publicamente, de modo depreciativo às autoridades constituídas e aos atos da administração;*
- VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;*
- VII - compelir ou aliciar outro funcionário no sentido de filiação a associação profissional ou sindical ou a partido político;*
- VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;*
- IX - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;*
- X - exercer comércio entre os companheiros de serviço no local de trabalho;*
- XI - valer-se de sua qualidade de servidor para obter proveito pessoal para si ou para outrem;*
- XII - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município;*
- XIII - atuar como procurador ou intermediário junto às repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes, até segundo grau e de cônjuge ou companheiro;*
- XIV - receber propina, comissão, ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;*
- XV - aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro, sem prévia autorização do Presidente da República;*
- XVI - proceder de forma desidiosa;*
- XVII - praticar atos de sabotagem contra o serviço público;*



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE

XVIII - fazer com a Administração Direta ou Indireta contratos de natureza comercial, industrial ou de prestação de serviços com fins lucrativos, para si ou como representante de outrem;

XIX - exercer ineficientemente suas funções;

XX - utilizar pessoal ou recursos materiais do serviço público para fins particulares;

XXI - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XXII - praticar usura sob quaisquer de suas formas;

XXIII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações transitórias e de emergência;

XXIV - embriaguez habitual ou em serviço;

XXV - ato de indisciplina ou de insubordinação.

Como se vê, não houve em princípio qualquer infração funcional eventualmente imputável a qualquer dos servidores que tiveram contato com a questão.

No entender desta Comissão, quaisquer das condutas analisadas não se inserem em nenhum dos dispositivos anteriormente transcritos.

Diante do contexto analisado, bem como das ponderações técnicas do ilustre Delegado de Polícia Dr. *Guilherme Caselli de Araujo*, por ocasião de sua diligência nesta Casa Legislativa, a Câmara foi vítima de um golpe virtual, na medida em que a servidora *Vanda* foi induzida a ingressar em *site* cujo domínio não se situa no Brasil e tampouco pertence ao banco *Santander*.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE

Hodiernamente um expressivo número de pessoas é vítima de golpes desta natureza, seja pela expertise dos agentes fraudadores, seja pela fragilidade das vítimas. E, dado o ambiente virtual em que ocorre a ação, a identificação dos autores e até mesmo a adequada apuração dos fatos muitas vezes é comprometida.

Vale dizer, ainda, que recentemente a Fundação Pró-Lar¹ deste município, também foi vítima de crime virtual e, salvo melhor juízo, não foi possível esclarecer a autoria (fls. 111).

Assim, no âmbito de atribuição desta Comissão, conforme preconiza o Decreto nº 630/2010, não localizamos elementos que caracterizem possível descumprimento aos deveres funcionais dos servidores atuantes no contexto dos fatos.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, diante da ausência de autoria imputável a servidor público, propomos a autoridade competente o arquivamento da presente averiguação preliminar.

Das recomendações

Por derradeiro, embora não seja o escopo do presente expediente, tampouco atribuição desta Comissão, a fim de propor medidas preventivas e corretivas, pedimos vênica para sugerir a autoridade competente as seguintes ações:

¹ <https://www.diariodejacarei.com.br/?action=www&subaction=noticia&title=especialista-recupera-arquivos-hackeados-da-fundacao-pro-lar&id=25553>



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

a) revisão da alocação das tarefas de quaisquer pagamentos ao cargo de Assistente de Finanças;

b) análise da criação de eventual protocolo de segurança da informação, devidamente normatizada, especialmente acerca da utilização de perfis de "administradores" das máquinas, a fim de orientar a atuação dos diversos servidores da Casa;

c) promoção constante de cursos de atualização e aprimoramento a fim de propiciar aos servidores em geral, melhores condições técnicas para o exercício de suas atribuições;

Jacareí, 1º de novembro de 2018.

Jorge Alfredo Cespedes Campos
Presidente

Wagner Schieber
Wagner Schieber
Relator

Cibele Suga Sugano
Cibele Suga Sugano
Membro



Prefeitura de Jacareí

Gabinete do Prefeito

PROTOCOLO Nº	261	TIPO:	
DATA	2/3/19	ASS:	
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ			

Ofício nº 76/2019 – GP

Jacareí, 6 de março de 2019.

À Vossa Excelência o Senhor

Presidente Abner Rodrigues de Moraes Rosa

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Jacareí

Assunto: **Pedido de Informação nº 19/2019**

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Em atendimento ao Ofício n. 12/2/2019-CMP, dessa Casa Legislativa, datado de 20 de fevereiro de 2019, recebido nesta Prefeitura no dia 21 de fevereiro de 2019, referente ao Pedido de Informações n.º 19/19, de autoria do vereador Paulinho dos Condutores, venho prestar as seguintes informações:

1. Em relação ao âmbito de gestão da Casa Legislativa é de inteira responsabilidade da direção da mesma, não cabendo ao Chefe do Executivo qualquer interferência em sua realização, bem como na apuração de qualquer incidente.

Para obter as informações o nobre vereador deve dirigir o Pedido de Informação ao Presidente da Casa legislativa.

Respeitosamente,

IZAÍAS JOSÉ DE SANTANA

Prefeito do Município de Jacareí

WILLDSON MENDES STAHN

Secretário Adjunto de Governo

Praça dos Três Poderes, 73 -2º andar- Centro - Jacareí-SP

Telefone: (12) 3955-9111 - Fax: (12) 3961-1092 - gabinete@jacarei.sp.gov.br